

**XXIX Encontro Anual da ANPOCS**

**Caxambu, MG, 25 a 29 de outubro de 2005**

**GT Forças Armadas, Estado e Sociedade**

*A Formação Militar-naval Brasil-Argentina no  
Contexto de Cooperação no Atlântico Sul*

**Cláudio de Carvalho Silveira**

**(GEDES / CELA -UNESP-Franca & Fac. Edu. UERJ)**

## 1.0 Introdução

Este trabalho <sup>1</sup> é uma análise comparativa sobre a formação dos militares oficiais da Marinha do Brasil (MB) e da Armada da República Argentina (ARA), por meio da relação entre os dois países no contexto de aprofundamento da cooperação regional e da criação do Mercosul, existentes após ambos os países experimentarem a mudança político-institucional para o regime democrático nos anos 80. Apresentamos os atuais modelos e concepções de educação que foram construídos pelos dois países na área militar-naval, os vínculos com os seus sistemas de ensino nacionais e as questões relacionadas à formação ético-política dos oficiais, como por exemplo, a sua visão sobre liderança, (que envolve as relações com outros atores da vida nacional, e sobre a própria cooperação regional, (que envolve as relações binacionais) de acordo com os determinantes do poder civil para o cumprimento de suas missões constitucionais. Consideramos aqui a subordinação dos militares aos civis, o controle e a condução que eles exercem no preparo e na modernização dos recursos humanos para a defesa, a partir da realidade das respectivas Marinhas que operam dentro da mesma porção oceânica, o Atlântico Sul, concebido pela ONU como zona de paz e cooperação. Do mesmo modo, a cooperação entre os dois países pode existir a despeito de seus próprios interesses de inserção na região e no mundo e da suas especificidades histórico-culturais que resultaram na construção de relações civis-militares de conseqüências distintas entre si

---

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado é uma versão, compactada e resumida, de nossa pesquisa de pós-doutorado, homônima, feita no Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da UNESP-Franca, entre agosto de 2003 e julho de 2005 e financiada pelo CNPq. Nesta pesquisa fazemos várias considerações sobre o contexto atual no subcontinente e a profissão militar na América Latina. Por causa das limitações estabelecidas para a apresentação deste texto no *GT Forças Armadas, Estado e Sociedade da ANPOCS*, optamos por conservar aqui o máximo da sua versão original, em que pese a omissão de muitos aspectos abordados por nós na ocasião. Ver SILVEIRA, C de C. **A Formação Militar-naval Brasil-Argentina no Contexto de Cooperação no Atlântico Sul**, GEDES / CELA-FHDSS - UNESP-Franca, 2005, digit.

Assim, seguimos a mesma temática de estudos sobre a formação militar profissional, conforme fizemos anteriormente em: SILVEIRA, C. de C. **A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil; educação, profissão, pensamento estratégico (1978-2001)**. Tese de doutorado, IFCH-UNICAMP. 2002. digit.

## **2.0 Os Modelos de Educação Militar-Naval**

Nesta parte, apresentaremos os modelos educacionais vigentes na realidade brasileira e Argentina, para o ensino dos seus oficiais-marinheiros em suas peculiaridades nas relações civis-militares, especialmente no caso das suas escolas de estado-maior. Trataremos aqui, inicialmente, da sua estrutura organizativa e concepção de educação após o que abordaremos a formação ético-política, voltada para a temática da cooperação regional. Conforme dissemos anteriormente, as duas Marinhas têm em seu “*ethos*” valores e culturas comuns, concernentes às funções navais. Mas, também possuem características próprias derivadas das suas culturas nacionais e da visão corporativa correspondente a cada uma delas, diferenças em termos do processo de modernização profissional e do cumprimento da missão constitucional, que se demonstram na sua educação e na possibilidade do aumento da cooperação entre ambas.

### ***2.1 A Estrutura de Ensino dos Oficiais da Marinha do Brasil***

A legislação que dá consistência ao estabelecimento do Sistema de Ensino Naval (SEN) remonta à Lei de Ensino da Marinha, de 1978. Esta reflete, em linhas gerais, os princípios e objetivos da administração dos recursos humanos da MB, desde a formação das praças aos oficiais. Outro documento que é referência é o Plano de carreira dos Oficiais da Marinha (PCOM), pois estabelece desde 1997 os requisitos para o preenchimento e funcionamento da carreira dos oficiais.

No Brasil, a educação se organiza a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, promulgada pelo Congresso Nacional. Segundo o seu Artigo 83 a educação militar está afeta às Forças Armadas (FFAA) <sup>2</sup>. Neste sentido, o Congresso Nacional estabeleceu a autonomia institucional dos militares para gerir a sua própria educação, legitimando mais uma de suas prerrogativas político-burocráticas. São os estados-maiores e as respectivas diretorias e departamentos e ensino das Forças que planejam e fiscalizam o cumprimento dos seus objetivos educacionais. Esses estados-maiores cuidam das escolas de altos estudos militares que possuem finalidades no tocante à

---

<sup>2</sup> CONGRESSO NACIONAL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9034, / 96, Brasília, DF. 1996.

formação dos futuros oficiais-generais. No caso da MB isso é representado pelo Estado Maior da Armada (EMA), que trata desse processo diretamente, aprovando e controlando os cursos da EGN. A Diretoria de Ensino da Marinha (DensM) é responsável pelas demais escolas que integram o SEN: os centros de instrução, as escolas de aprendizes de marinheiros, o Colégio Naval (CN) e a Escola Naval (EN). A ingerência civil está relacionada apenas ao estabelecimento de critérios gerais que são dispostos às diversas instituições de ensino fundamental, médio e superior do país. Isto muda em relação ao CN e à EN por causa das suas finalidades que se situam nos dois últimos níveis.

A EN é a escola de formação básica dos oficiais da MB, admitindo apenas jovens brasileiros do sexo masculino para as atividades ligadas ao Corpo da Armada (CA), Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e Corpo de Intendência da Marinha (CIM). Ao final do Ciclo Escolar (CE) de quatro anos os aspirantes são considerados Bacharéis em Ciências Navais, com as habilitações de eletrônica, mecânica, sistema de armas e administração. Após disso vem o Ciclo Pós-Escolar (CPE), com a viagem de instrução e os estágios nas instalações da MB, onde, após a sua conclusão, o guarda-marinha se torna segundo-tenente.

Na EN o aspirante necessita cumprir as exigências dentro do perfil admitido pela MB e atender aos requisitos da área militar-naval, que são divididos em: morais, militares, psicológicos,<sup>3</sup>. A partir daí a Escola trata de elaborar os perfis específicos de cada Corpo, segundo as suas necessidades e habilidades correspondentes. Seus cursos constituem-se em três tipos: ensino básico, ensino profissional e ensino militar-naval e possuem uma carga horária total de 6.678 horas nos cinco anos de duração. Existem diretrizes específicas para cada um deles que compõem o todo da estrutura curricular geral; além das técnicas de ensino-aprendizagem que buscam: *“estimular o raciocínio, a participação do aluno nas atividades propostas, incentivar a pesquisa individual e em grupo, integrar conhecimentos afins e aplicar os conhecimentos adquiridos, oportunizar a análise, síntese e avaliação de dados”* etc.<sup>4</sup>

O conhecimento ministrado envolve as Ciências Naturais e Humanas, além de sua aplicação tecnológica, bem como os conhecimentos operacionais e a formação militar. Na área das Humanidades, as disciplinas estão dispostas quase todas no ensino básico

---

<sup>3</sup> MARINHA DO BRASIL – DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA, **Sinopse Geral dos Cursos da Escola Naval**, 2004, digit.

<sup>4</sup> Idem. p. 7

Português, Inglês, História do Pensamento Humano, Liderança, Administração e Direito. Após a saída da EN, os oficiais fazem os cursos de especialização nos diversos centros de instrução da MB até que possam chegar à EGN. Para aqueles que vêm das universidades civis, através do Centro de Instrução Almirante Wandelcock (CIAW), existe o ingresso no Corpo de Saúde da Marinha, no Corpo de Engenheiros da Marinha e no Quadro Técnico. Este quadro é composto por profissionais das diversas áreas de nível superior; Informática, Direito, Pedagogia, Administração, Museologia, Ciências Contábeis, Serviço Social, Meteorologia, Biblioteconomia, Ciências Náuticas (oficial de náutica) e Psicologia.

Na EGN existem os cursos de estado-maior desde o Curso para Oficiais Intermediários (CEMOI), Curso Superior (C-SUP), Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores CEMOS, até o Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM), que são oferecidos aos oficiais de todos os Corpos e Quadros, desde o posto de capitão de corveta até o posto de capitão-de-mar-e-guerra,<sup>5</sup>

Na EGN não existe, atualmente, a pretensão de transformá-la em uma escola de nível superior de pós-graduação. Entretanto, o EMA autorizou convênios com universidades públicas e privadas para a criação de cursos de MBA para os seus oficiais cursantes do C-MOS do C-MOI e do C-PEM que funcionam durante alguns dias da semana em conjunto com o MBA. Deste modo, o oficial, no posto de capitão-de-fragata ou de mar-e-guerra pode conseguir dupla formação: a militar-naval para as exigências de ascensão hierárquica, e a acadêmica, que o qualifica para exercer funções e tarefas dentro e fora da corporação como profissional de alto nível, o que se compara às exigências de alguns setores da estrutura ocupacional, conforme podemos constatar na atualidade, onde há uma intensa (e por vezes equivocada) valorização social da educação como investimento pessoal e social. Por isso, houve uma certa adaptação de algumas disciplinas do C-PEM para torná-las compatíveis com o MBA. Ao evitar alguma superposição ou defasagem, a EGN espera que seja possível um melhor aproveitamento do tempo dedicado aos estudos e da carga horária estipulada pelo currículo dos respectivos cursos.

Outra mudança significativa foi na sistemática de palestras e convidados. Anteriormente os convites aconteciam no início do ano letivo. A partir de 2002 os visitantes participam no final do ensino da disciplina. Isto se dá porque consideram ter os oficiais-alunos melhores

---

<sup>5</sup> MARINHA DO BRASIL – ESCOLA DE GUERRA NAVAL, **Programa de Ensino 2004**.

condições de aproveitar o conteúdo da palestra, assimilando-o analisando-o e debatendo com o visitante com mais propriedade. A EGN sente a necessidade de manter seus cursos permanentemente atualizados em nome das atividades militares, que requerem constante revisão e aperfeiçoamento técnico-operacional, assim como do se dá em nome das exigências educacionais cada vez mais complexas e variáveis por causa das transformações sociais. Por causa disso, as autoridades governamentais estipulam os critérios e métodos de implementação do planejamento das organizações militares como é o caso da MB para a atualização nas áreas de atividades operacionais, inovações tecnológicas, política econômica, administração, infra-estrutura, aproveitamento de recursos naturais no meio-ambiente, política e estratégia, legislação, segurança pública etc.

Como as demais FFAA, a MB criou na EGN o seu Centro de Estudos de Política e Estratégia (CEPE) que tem por finalidade debater com a sociedade os temas relevantes para a defesa nacional a partir da missão da MB. A sua existência se justifica porque se tornou um espaço de maior contato e intercâmbio com os demais setores da administração pública, das empresas, assim como da sociedade civil, como a imprensa, as universidades e o chamado terceiro setor. Os seminários realizados versaram sobre: a missão das FFAA para o século XXI, a Amazônia, a estratégia nacional dos EUA, a revolução dos assuntos militares, o terrorismo e o atentado de 11 de setembro nos EUA e a guerra do Iraque.

### ***2.1.1 A Concepção de Educação Vigente na Marinha do Brasil***

A percepção vigente de modernização do ensino profissional da MB na atualidade, passa pelo conceito de “educação corporativa”<sup>6</sup>. Tal entendimento apresenta um discurso herda a nomenclatura e os termos utilizados no mundo empresarial, adaptando-o à administração pública e à estrutura do serviço prestado pelas instituições militares. Seguindo a lógica da justificativa de que o contexto hodierno necessita de profissionais cada vez mais educados para vencer a complexidade e as incertezas do processo sócio-econômico de competitividade, aumento da qualidade e da eficiência, eficácia para a satisfação do cliente, existe a valorização do conhecimento (capital intelectual) como patrimônio organizacional

---

<sup>6</sup> MUNDIM . A . P / RICARDO, E. J. **Educação Corporativa: fundamentos e práticas**, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2004.

de primeira ordem e de possibilidades infinitas através do uso de ferramentas das novas tecnologias da comunicação (*e-learning*) e do estímulo à participação dos agentes externos às organizações empresariais como clientes-parceiros. Existe aqui a mudança de ênfase nas tarefas individuais para o trabalho em grupos (equipe) de forma cooperativa. Todos estes elementos constituem-se na formação de um “novo paradigma” no processo de trabalho e no seu resultado: a prestação do serviço, cada vez mais comprometido com a inovação constante. Nestes termos ocorre a re-significação de conceitos tais como visão crítica, cidadania, reflexão, interação, conhecimento etc. Todas estas expressões são entendidas como essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades que passam a ser considerados “estratégicos” para a organização e seu público-alvo.

É importante notar que a origem intelectual desta influência está nas obras dos teóricos da administração da Universidade de Harvard,<sup>7</sup> que são adaptados para a realidade latino-americana, e brasileira,<sup>8</sup> que são difundidos através das universidades, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e são absorvidos pela MB como estudos de ponta. Isto é feito a fim de que os indivíduos possam “aprender a aprender”, para que a qualificação profissional seja efetiva, formando gerentes que saibam fazer com que as equipes de trabalho possam realizar um bom trabalho. Deste modo, a universidade corporativa pode fazer parcerias com a universidade tradicional para o desenvolvimento de projetos de ação para a melhoria dos recursos humanos.

Dentro desta lógica, a educação passa a ter uma função estratégica porque possibilita o contato e o aproveitamento dos recursos materiais e humanos que se tornam responsáveis por dotar as organizações de características que se exigem na administração moderna para o sucesso. O ensino corporativo é responsável por criar e estimular entre os seus membros: visão sistêmica, liderança, sinergia, envolvimento, relacionamento e alianças estratégicas

---

<sup>7</sup> HIGGINS, J. M. **Innovate or Evaporate: test & improve your organization's I.Q** Florida: The New Management Publishing Company, 1995.

MEINSTER, J. **Educação corporativa**, São Paulo, Makron Books, 1999.

PRAHALAD, C. K. / HAMEL, G., The Core Competence of the corporation, **Harvard Business Review**, maio/ junho 1990, p 79-91, reimpresso em 1991.

<sup>8</sup> CHIAVENATTO, I. **Construção de Talentos: as novas ferramentas da gestão de pessoas**. Rio de Janeiro, 2002.

TEIXEIRA, A., **Universidades Corporativas x Educação Corporativa: o desenvolvimento do aprendizado contínuo**, Rio de Janeiro, Qualitymark, 2001.

para a realização de sus objetivos e o cumprimento da sua missão. Com a realidade de um mundo empresarial o novo profissional é visto como alguém que deve ser capaz de inovar, dialogar, interagir dialeticamente e aprender continuamente. A fim de contribuir para as mudanças da cultura organizacional. Para obter tal tipo de formação, cooperam as Ciências Humanas / Sociais, tais como a Psicologia, a Administração. Com base no conhecimento humanístico, a eficiência e a eficácia do serviço poderá ser alcançada. As universidades corporativas se tornam, então cada vez mais comuns nas empresas e nas organizações, que buscam se inserir na formação de competências entre os seus integrantes, para satisfazer o “ator principal” o cliente. Tal modalidade de educação faz cada vez mais o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), como uma nova modelagem para o aprendizado aprofundando o processo de educação permanente. A educação corporativa passa a ser implementada levando em conta os fatores, tais como: valores compartilhados, suporte de alta gerencia, visão, estratégia financeira, organização de métodos, patrocinadores, produtos e serviços, parcerias, apoio tecnológico, sistema de avaliação e processo contínuo de comunicação.

A MB é apresentada por autores desta área como um “estudo de caso” no qual se pode perceber a “gestão do conhecimento e as competências” para o processo de ensino-aprendizagem, que atenda às exigências da legislação em vigor a través da atual LDB, promulgada em 1996.<sup>9</sup> O treinamento e o desenvolvimento profissional passam a ser implementados nos moldes da educação corporativa, que por sua vez visa diferenciar-se da herança tradicional dos departamentos de recursos humanos que teve uma grande atuação no modelo industrial de gestão organizacional. Através da EN, do CIAW e da EGN e outros estabelecimentos educacionais da corporação, o SEN, prepara o profissional militar-naval com o espírito das universidades corporativas. Isto se dá a fim de serem Alcançados os objetivos do Plano de Carreira dos Oficiais de Marinha (PCOM), promulgado em 1997. Os cursos como o CASOI, C-EMOS, C-SUP, incorporam o espírito da educação corporativa como a contribuição de empresas como a IBM, do MEC, através do Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (E-PROINFO) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), através dos recursos de educação à distância com o Ambiente de Ensino a Distância (TELEDUC).

---

<sup>9</sup> CIRILO, R. Caso Marinha do Brasil “in” MUNDIM, A. P / RICARDO, E. J., Op. cit 2004. p. 159.



Notamos que é curioso como no discurso militar-naval se persiste apresentar a MB como pioneira na educação superior brasileira, através da criação da EN em 1782, a fim de justificar que ela utiliza tais princípios há muito tempo, sem, contudo, nomeá-las. A corporação é, então, apresentada como estando na vanguarda no contexto nacional, diante da realidade atual, o que exige a revisão do modelo universitário tradicional, por se encontrar defasado diante das mudanças em curso. A formação de pessoal continua sendo uma prioridade dentro das atuais restrições orçamentárias da MB, que segundo o atual Comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, necessita de “empenho, criatividade e dedicação, para, com o mínimo de despesas, utilizando-se de simulação, dos recursos instrucionais disponíveis, dos estágios, do ensino à distância, e de outras atividades que desenvolvam o preparo profissional do homem, buscar-se atingir esse propósito”.<sup>10</sup> Outra orientação importante desse Comandante tem a ver com a proposta da criação de uma Política de Ensino da Marinha, para fazer com que a corporação possa conduzir o SEN de maneira sistêmica e continuada, na sua atribuição essencial na carreira dos profissionais da MB.

De um modo geral, a educação é vista no imaginário da corporação como um tema destacável na percepção dos oficiais da MB nos cursos do C-EMOS e do C-PEM.<sup>11</sup> Ela é representada sob algumas outras circunstâncias diferenciadas sobre a sua função no contexto nacional e corporativo. Quando se trata de avaliar as maiores dificuldades da vida brasileira, a pouca educação / cultura surge em primeiro lugar, seguido da distribuição perversa da riqueza que acarreta as desigualdades sociais e da corrupção. Mas a própria educação é também uma causa dos problemas do país, estando em segundo lugar, logo após a falta de liderança, de vontade política / incompetência para enfrentar os problemas e acima das práticas da política / políticos. A valorização da educação (superior) surge novamente quando os oficiais-alunos são perguntados sobre que ações o poder público deve empreender para melhorar as condições do país. Neste caso, ela está em quarto lugar, atrás da ciência e tecnologia, indústria bélica e indústria petrolífera. De todo modo, convém

---

<sup>10</sup> MARINHA DO BRASIL, **Orientações do Comandante da Marinha para 2004 (ORCOM-2004)**, p.3.

<sup>11</sup> GRUPO ALFA, Pesquisa apresentada como trabalho final da disciplina de Ciência Política, do MBA COPPEAD-EGN 2004, ministrada pelo prof. José Murilo de Carvalho. Esta pesquisa procurou fazer uma atualização do trabalho realizado por D'ARAÚJO, M.C.; CASTRO, C.; CHEIBUB, Z B. “in” **O Brasil e as Forças Armadas na Percepção dos Oficiais da Marinha**, CPDOC, 2002, digit.

lembrarmos que a o investimento em C&T está intimamente ligado à qualificação da educação nacional. Quando se pergunta sobre o significado da democracia, a educação também está bem cotada na avaliação realizada pelos oficiais, pois aparece em segundo lugar, como uma pré-condição importante para tal regime prosperar, logo atrás do item sobre a igualdade de oportunidades/direitos/lei/responsabilidade social. Por associação, nas respostas dadas sobre os principais obstáculos da democracia brasileira, o baixo nível da educação do povo brasileiro é apontado como a principal causa, seguida da pobreza e desigualdade social.

Um aspecto correlato, porém válido para demonstrar a preocupação com a educação, aqui entendida como formação cívico-nacional é a grande valorização atribuída ao Serviço Militar Obrigatório (SMO), pois este é válido para disseminar valores básicos e diminuir a cooptação dos jovens que é feita pelo banditismo e pela marginalidade. Contudo, uma atribuição indireta do fator educacional, pode ser representada de maneira negativa. Isto pode ser demonstrado na atribuição de fonte das principais críticas recebidas pelas FFAA brasileiras: são os mais educados, (imprensa, intelectuais artísticos e universitários) os que estão em primeiro e segundo lugares, respectivamente, seguidos dos políticos em terceiro lugar. Um dado importante é que esta classificação de críticos toma expressividade também quanto aos técnicos do governo e as organizações de direitos humanos, quando submetida ao apreço dos oficiais mais antigos (C-PEM). Tal variação de julgamento entre os oficiais mais modernos e os mais antigos, ocorre ainda em vários outros itens da referida pesquisa.

Os militares-navais entrevistados atribuem uma participação pequena do Congresso Nacional nas preocupações com a defesa nacional. A seu ver, deveriam estar mais atuantes, principalmente na área econômica, como o orçamento e os soldos das FFAA, seu tamanho e o seu papel. Contudo, a maioria considera que a educação nos estabelecimentos militares foi o assunto mais cotado para que cada Força, trate por si mesma, separadamente. Isto é revelador do argumento sobre a autonomia militar em muitas áreas, da qual a educação é um exemplo, embora considerem, na maioria, que há uma efetiva e consolidada subordinação ao poder civil no Brasil, com um índice maior do que eles atribuíram à subordinação militar na Argentina, quando opinaram sobre a situação das relações civis militares no âmbito do Mercosul. Tal apreciação é feita apesar de considerarem que a sociedade civil possui um baixo interesse em assuntos estratégicos, apesar do grande apreço

que tem sobre a imagem das FFAA. Para esses oficiais, os problemas mais graves do país são: há uma grande incompreensão civil sobre o papel das FFAA, pouco interesse do Congresso Nacional pelos problemas militares e uma enorme restrição orçamentária quanto ao seu preparo e estruturação. Por isso, a MB deve intensificar os esforços de esclarecimento da opinião pública nacional sobre a sua missão, preparo e emprego e incentivando a cooperação tecnológica com as instituições de ensino universitário, o MEC, o MCT e o mundo empresarial. Mesmo assim, deve haver uma massiva campanha de “marketing” para divulgar as atividades a fim de superar o desconhecimento e os sentimentos de “revanchismo” ainda existentes no país. Tal investimento deve ser feito, em primeiro lugar, no povo em geral e, em segundo lugar, nos intelectuais artísticos e universitários; em terceiro lugar o investimento necessita se concentrar nos próprios políticos.

Sobre a sua própria educação recebida no MBA realizado na EGN, os oficiais-marinheiros reconhecem amplamente a sua validade para cada um deles e para a corporação como um todo. Apesar disso, reconhecem que a existe pouca valorização da figura do instrutor, que ministra os cursos propriamente militares, como o C-EMOS e o C-PEM, pois muitos oficiais preferem buscar as posições de maior visibilidade corporativa (por exemplo, servir embarcado) e externa, a fim de obter maior alcance na sua carreira, segundo os critérios de pontuação elaborados pela MB, que nisto se diferencia do EB e da FAB. Enfim, um outro aspecto que está indiretamente relacionado à educação militar-naval naquela pesquisa, se refere às questões de gênero. A grande maioria de entrevistados se opõe à presença de homossexuais nas FFAA, mas considera bastante válida a presença das mulheres na corporação, inclusive na formação relacionada às atividades de combate.

## ***2.2 A Estrutura Educacional da Armada da República Argentina***

A Escola de Guerra Naval argentina (ESGN) foi fundada em 1934 na cidade de Buenos Aires, duas décadas depois da sua co-irmã brasileira, com o intuito de propiciar educação avançada, isto é, em alto nível para os oficiais da ARA em todo o escopo de suas disciplinas concernentes às necessidades da administração naval. A sua missão se desenvolveu em torno das doutrinas historicamente estabelecida e do planejamento

acadêmico que orientam a formação dos oficiais argentinos. Inicialmente foi criado o Curso de Guerra, levado a cabo por cerca de 60 anos. Na década de 40 dois cursos foram iniciados: A Argentina e o Mar e o Curso Superior, para capitães-de-mar-e-guerra; este último curso subsiste até hoje. Na década de 50 foi criado um curso para executivos. Nos anos 70, iniciou-se o curso de Estado-Maior para a *Infantería de Marina*. A partir dos anos 90 houve nova modernização da estrutura escolar com criação do Curso de Estratégia em 1995 e o curso de Mestrado nas áreas de Direção de Organizações, Estudos Estratégicos e de Logística. Isto ocorreu logo após a criação do Instituto Universitário de Estudos Navais e Marítimos em 1991, rebatizado em 1998 como Instituto Universitário Naval (INUN), após o seu reconhecimento pelo Ministério da Cultura e Educação (MCE) e pela Comissão Nacional de Avaliação e Credenciamento Universitário (CONEAU).<sup>12</sup>

A ESGN oferece cursos para os oficiais e para os civis em geral. Os militares egressos da Escola Naval Militar (ENM) possuem o curso de Bacharéu em Administração de Recursos para Defesa ou de Administração Naval, na área das Ciências Sociais. O currículo da ENM compreende quatro anos de estudos na instituição e um ano de viagem de instrução para homens e mulheres argentinos. As viagens de instrução são feitas a bordo da fragata “*Libertad*” e / ou nas embarcações assemelhadas dos países amigos, como o Brasil e o Chile, como o fez ultimamente. A formação básica está dividida em dois segmentos para os dois Corpos existentes: *Cuerpo de Comando* envolve a área de *Oficial Naval* (Corpo da Armada) e *Oficial de Infantería de Marina* (Fuzileiros Navais); o *Cuerpo Profesional* formado pelos *Oficiales de Intendencia* (Corpo de Intendência da Marinha). Deste modo, a ENM procura, além da base ética e moral, dar uma formação à juventude argentina capaz de desempenharem as funções básicas de oficiais da ARA, com conhecimentos teóricos e práticos com base nas Ciências Naturais e nas Ciências Humanas e desenvolver um plano de estudos que contempla as atividades culturais e esportivas. Na área de Humanidades as disciplinas estão distribuídas entre o primeiro e o quarto ano de estudos escolares e são as seguintes: Inglês, Administração, Comando, História Naval, História Econômica-Social

---

<sup>12</sup> INSTITUTO UNIVERSITARIO NAVAL , **Proyecto Educativo Institucional**, Buenos Aires, INUN, 2002. Ver também: MINISTERIO DE CULTURA Y EDUCACIÓN- SECRETARÍA DE POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS, **Ley de Educación Superior (No 24.521) y Decretos Reglamentarios** , Buenos Aires, 1995.

Argentina e Latino-Americana, Teoria da Decisão, Introdução à Economia, Direito Marítimo e Seminário de Relações Internacionais.

Para os argentinos nativos e naturalizados que provêm do mundo universitário civil há o curso de formação de oficiais durante quatro quadrimestres, com a primeira fase na ENM, fazendo o Curso de Integração Naval (CUINA), e a segunda na Escola de Oficiais da Armada em Porto Belgrano. Esses homens e mulheres podem ser egressos das áreas de Saúde, Engenharia, Hidrografia, Geofísica, Informática, Telecomunicações, Computação, Arquitetura, Cartografia, Comunicação Social, Jornalismo, Direito e Sociologia. Eles são formados segundo-tenentes e desempenham, a partir daí prosseguem na carreira prestando serviços nas diversas instalações da ARA.

Aqueles que pretendem cursar a pós-graduação desenvolvem seus conhecimentos nas áreas do mestrado designadas, como mencionamos anteriormente. Há linhas de investigação científica que se desdobram em: 1) Contexto Internacional e Nacional de Incertezas, 2) Vivência de Situação de Crise e seu Manejo. Na ESGN são também ministrados cursos de estado-maior exclusivamente para os militares argentinos e estrangeiros que possuem vínculos feitos através de convênios com universidades e demais escolas militares do país, a Escola de Defesa Nacional (EDENA), a Escola Nacional de Inteligência e o Instituto de Formação do Serviço Exterior Argentino. Os cursos oferecidos pela ESGN para os fardados feitos de acordo com os ditames do Estado-Maior Conjunto são: <sup>13</sup>

a) Curso Superior (CUSUP) - para oficiais das três FFAA, com o objetivo de capacitação na condução do plano estratégico conjunto, a preparação para a alta administração naval e a condução da Estratégia Militar. b) Curso de Comando e Estado-Maior (CUCOM) – para o exercício do comando e condução dos meios operativos no plano estatístico, operacional e direção no nível intermediário. c) Curso de Estado-Maior (CUEM) – para oficiais-chefes de nível executivo, do *Cuerpo de Comando* a fim de trabalharem com o planejamento naval e o plano de estratégia operacional e direção também no nível intermediário;

d) Curso de Estado-Maior Especial (CUEMES) - para os oficiais do *Cuerpo Profesional* com as mesmas características do anterior. e) Curso de Especialização em Direção Estratégica e Manejo de Crise - feito a partir de 2003, de modo paralelo aos cursos dos itens *a* e *b*, no nível de pós-graduação (especialização), seguindo os critérios da CONEAU.

---

<sup>13</sup> ESCUELA DE GUERRA NAVAL, **Guia para Señores Jefes Cursantes**, Volumen I-Cuerpo , 2002, digit.

Há uma certa distinção entre os itens *b* e *c* em termos de currículo, carga horária como vemos da disciplina de Operações (para o primeiro) e a de Administração e Logística (para o segundo curso). Os cursos têm a duração de 40 semanas e são feitos em tempo integral, com um plano de estudos que leva em conta princípios do Sistema de Planejamento Estratégico, onde se os temas filosófico-científicos com o conhecimento prático em seus vários desdobramentos. Neste caso também se relacionam os níveis do planejamento: operacional, tático, administrativo e logístico. A ESGN insta, em todo momento, priorizar os métodos grupais de ensino-aprendizagem para a tomada de decisão nos conflitos político-estratégicos e manejo de crises, ao passo que é exigida também uma carga de dedicação à investigação científica para que os oficiais-alunos ajudem a elaborar conhecimento útil para a ARA e para o país. A participação deles é feita através das rodadas de debates, leituras e investigação individual ou em grupo nas áreas de Estratégia, Operações e Logística. A maior parte das disciplinas de Estratégia, está relacionada à Ciência Política, Teoria das Relações Internacionais, Fundamentos Filosóficos de Estratégia, Estratégia Internacional e Fundamentos de Estratégia Operacional e Geopolítica. Na área de Administração e Logística se estuda as disciplinas de Logística, Princípios de Administração, recursos Humanos, Fundamentos Econômicos e Gestão Financeira. A área operacional contém as disciplinas de Planejamento Militar Conjunto, Operações Navais, jogos de Guerra “Milenium” e Curso de Planejamento Militar Conjunto.

Para se ter uma idéia da variada produção acadêmica da ESGN, apresentamos alguns dos títulos produzidos pelo Centro de Estudos Estratégicos da ARA, que são destacados pela Escola em seu portal eletrônico, e estão disponíveis para os interessados são: "*Importancia Estratégica de los Recursos Petrolíferos en relación con los Intereses Nacionales Marítimos y de Seguridad*".(2001). "*Importancia Estratégica de los Recursos Pesqueros en relación con los Intereses Nacionales Marítimos y de Seguridad*".(2001). "*Valor Estratégico del Área del Atlántico Sur para el País frente a la creciente Globalización de las Relaciones Internacionales*". 2002. "*Incidencia de las Nuevas Amenazas a la Seguridad de los Estados en el diseño de los Sistemas de Defensa y Seguridad en la Argentina*".(2002). "*Importancia de la evaluación global de las Organizaciones Terroristas Internacionales para la adecuada definición de las Estrategias Nacionales relacionadas con las Amenazas y Riesgos consecuentes para el País*".(2002). "*Importancia de la*

*ejecución de Estrategias Sectoriales coordinadas para la protección de los Recursos Naturales y los Ecosistemas del País, en el contexto del desarrollo integral de la Política Ambientalista".(2002)"Una Conceptualización de la Visión Estratégica".(2002),(Artículo autor : Capitán de Navío (R)Camilo Milano)"Conceptualización de las Amenazas"(2002) (Artículo autor: Capitán de Navío (R)Camilo Milano)"Importancia estratégica de la evaluación global de las organizaciones delictivas transnacionales -Síntesis".(2003). "Valor estratégico de la cohesión social"-Síntesis.(2003) <sup>14</sup>*

### **2.2.1 A Concepção de Educação na Armada Argentina**

E ESGN também entende que para a formação profissional em nível de estado-maior não somente as áreas específicas do conhecimento militar-naval são importantes, como também as áreas do conhecimento em geral como a Filosofia e as diversas ciências devem ser igualmente consideradas. Tal fato se explica porque se entende a necessidade da “formação integral” dos oficiais, que está de acordo com os imperativos estabelecidos pela ARA. A educação é vista da seguinte maneira: *La educación tiene un papel en sí misma como transformadora de la realidad a través del desarrollo de las personas, su enriquecimiento cultural y el progreso de sus conocimientos en vinculación con los objetivos institucionales y en concordancia con las demandas del entorno* <sup>15</sup>

Todo esse esforço é justificado pela ARA por ser guiado pela concepção de uma educação continuada com sólida base acadêmica para a qualificação de seus recursos humanos desde o ensino na Escola de Oficiais da Armada (EOA) até a própria ESGN. Segundo seus integrantes, ela visa realizar seu ensino no clima de “liberdade acadêmica” e “espírito crítico”, com discussão aberta e franca sobre os pressupostos teóricos e suas aplicações. Assim como também é levado em conta a multidisciplinaridade do conhecimento ministrado em seu interior.

---

<sup>14</sup> ESCUELA DE GUERRA NAVAL, Centro de estudios Estratégicos, [www.esgn.mil/centro de estudios cstrategicos/estudios\\_realizados.htm](http://www.esgn.mil/centro_de_estudios_cstrategicos/estudios_realizados.htm). Acesso em 03 de março de 2004.

<sup>15</sup> ESCUELA DE GUERRA NAVAL, **Guía para Señores Jefes...**, p.3

O ex-diretor da ESGN, capitão-de-mar-e-guerra Roque Bonastre,<sup>16</sup> ressaltou a enorme importância da idéia de modernização da instituição presente no ensino dos oficiais-marinheiros argentinos e a sua tarefa de contribuir na formação dos civis do país, buscando o caminho da excelência acadêmica em suas diversas etapas de relacionamento com a vida nacional, sobretudo a partir da criação do INUN. A realidade da educação promovida pela ARA através da ESGN visa contribuir com a melhoria da qualidade de seus recursos humanos nos cursos militares e na pós-graduação, aberta a todos os interessados. Aqui se destaca o espaço do Centro de Estudos Estratégicos da Armada (CEE) que apóia a investigação e o desenvolvimento do conhecimento através de quatro programas, com a participação de militares e civis para: grupos interdisciplinares, jovens graduados, investigadores adstritos e visitantes, com os respectivos convênios com as universidades do país a fim de formar dirigentes e interagir com a sociedade, através de um enfoque multidisciplinar e crítico. Num mundo globalizado e pós-moderno é importante pensar a educação profissional dos militares e as suas funções. Entretanto, isto é uma tarefa que deve ser assumida através da maior integração entre civis e militares para que cada vez mais, isto seja coerente com os objetivos do país. Há uma certa contradição referente à definição do estatuto militar nacional diante de um mundo em que a transnacionalidade adquire cada vez mais importância.

A ESGN oferece também uma gama de atividades acadêmicas relacionadas aos jogos de crise, que são responsáveis por articular o pensamento a fim de planejar e agir nas áreas de cooperação e negociação, consideradas muito importantes para as relações internacionais e empresariais, mas também de fundamental aplicação na área de segurança internacional e defesa e outras áreas do serviço público. Assim, as carreiras de graduação e pós-graduação podem se servir da análise de processos de diplomacia e inteligência em diversos cenários. A fim de exemplificar a existência de uma sustentação acadêmica para o ensino da ESGN, destacamos o trabalho de Ricardo L. Lang sobre as suas técnicas de ensino influenciado pela concepção pedagógica de Tannebaum e Thelen.<sup>17</sup> Este autor, e se preocupa com o

---

<sup>16</sup> BONASTRE, R. **Análisis Y Desarrollo de Programas de Capacitación de Civiles en la Escuela de Guerra Naval**, Seminário REDES, 2003, CHDS/NDU, Santiago do Chile out 2003 .

<sup>17</sup> LANGE R. L **Técnicas de Enseñanza em la Escuela de Guerra Naval** “in”**Revista de la Escuela de Guerra** , No 50, Ano XXXII Julio 2000,ESGN / ARA ,p. 105-117.

Sobre as suas técnicas de ensino. Este autor, influenciado pela concepção pedagógica de TANNEBAUM, A .S. *Social Psychology and Work Organization*, Belmont, Califórnia, Waldsworth Publishing Co, 1966.



estabelecimento do princípio da interação entre professores e alunos, onde o ensino-aprendizagem esteja focado no desenvolvimento de competências para a formação adequada dos oficiais. Há uma série de modelos de metodologia tradicional: aulas expositivas, palestras etc. que são combinadas com grupos de discussão, estudo de caso e preparação de trabalhos que podem ser elaborados, dentre de uma lógica que vise os propósitos e os procedimentos para a qualificação em termos de liderança e da ação. Por isso, é necessário levar em conta as características de flexibilidade, adaptabilidade para cada curso / disciplina tema ou grupo. Assim, há uma valorização de concepções que abordem a questão da interação, do *management*, da educação continuada e a conciliação de métodos tradicionais e modernos para o ensino. Esse autor concebe que a educação é diferente de adestramento, pois um chefe naval deve ser formado com base para compreender a situação e estabelecer o comando. Aqui há um aspecto que nos chamou à atenção, pois ele diferencia claramente o termo *pedagogia* de *andragogia*, pois, a seu ver não cabe manter em uso o significado do primeiro, uma vez que se adota modernamente a ênfase na educação não somente de crianças, mas a sua ação de maneira continuada para os jovens e os adultos. Por essa razão, o termo *andragogia* deve substituir o já tradicional termo *pedagogia*.

Não obstante as considerações de atualização e modernização da educação militar na ARA, temos também a defesa de valores considerados essenciais que devem ser conservados, conforme a percepção do contra-almirante Carlos A. Frasch.<sup>18</sup> De acordo com sua percepção, nos últimos tempos, a idéia de que as FFAA argentinas representavam a *ultima ratio* para dirimir os conflitos políticos internos vem dando lugar à sua aplicabilidade no apoio à política externa, visando solucionar assim a crise que se sucedeu na história recente do país. Num mundo cada vez mais mutante, com a perda dos paradigmas anteriores, dentro de uma cultura cada vez mais consumista e hedonista, com uma economia que produz pobreza e desigualdade profundas em nome de um pensamento único, é mister suscitar uma profunda reflexão sobre a formação do espírito militar e a educação do soldado a fim de superar o pessimismo, as incertezas e as imprevisibilidades, em nome da

---

THELEN Dynamics of Groups at Work, Chicago, University Press, 1954.

<sup>18</sup>FRASCH, C. A **Espíritu Militar**, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1999.

maior solidariedade e progresso social e defesa dos interesses argentinos diante da comunidade internacional. Isto faz pensar na propriedade da questão na qual a juventude é levada a evitar a carreira das Armas, até mesmo pelos militares de sua família, posto que há uma rejeição do militar em vários espaços sociais, em função de interesses políticos e do trabalho dos meios de comunicação e de acadêmicos que rejeitam aspectos da carreira castrense em nome de uma suposição de entendimento sobre os direitos humanos e o direito internacional.

A mídia também influencia no relativismo da cultura atual, onde a política institucional é influenciada pela maneira pela qual aquela manipula a opinião pública até mesmo considerando os militares como uma “moléstia” por representar os interesses da sociedade nacional, criando confusão e preconceitos desmedidos. Uma cultura dominada pela virtualidade e pelo simulacro é uma situação problemática no que se refere à existência do ser militar, muitas vezes colocados no centro das críticas das ações sociais por ser considerado até mesmo desnecessário por uma parcela das opiniões. Na educação atual não se pode relegar ao segundo plano a cultura das novas tecnologias e do ciberespaço, das minorias étnicas e de gênero, mas deve-se levar em conta alguns parâmetros para que o futuro possa ser guiado da melhor maneira possível, sem que a nação sucumba. Por isso, o contra-almirante estabelece que o espírito militar deve cultivar os valores da ordem para a defesa da sociedade, que vive ameaças sérias como o terrorismo e os atentados como os feitos pelos carros-bombas nas áreas de conflito, ou numa profunda crise social como a experimentada pela Argentina nos tempos recentes. As FFAA e a Igreja Católica são apontadas pelo autor como instituições que podem prover ordem e regularidade para enfrentar com solidariedade e fraternidade a cultura do “salve-se quem puder”. É o espírito guerreiro de entrega e de sacrifício da própria vida que deve perdurar como o objetivo perene na defesa da sociedade e de seus valores mais fundamentais.

A partir deste ponto, comentamos importância atribuída à formação dos oficiais da ARA dentro de um contexto sob o signo da modernização burocrático-organizacional e educativa. Com isso podemos, dizer que há ainda algumas diferenças e semelhanças no *ethos* corporativo formado nas duas realidades nacionais apresentadas, conforme veremos a seguir. Em primeiro lugar, a educação militar-naval argentina vem se preocupando em

produzir seu planejamento de ensino-aprendizagem, estrutura curricular e objetivos dos seus cursos, dadas e as exigências do sistema de ensino nacional e as preocupações com as características próprias à formação da carreira no âmbito interno e externo à ARA. Isto pode ser demonstrado nas reformulações ocorridas a partir dos anos 90, com a imposição normativa de que desde o grau de suboficiais, o pessoal tenha nível superior e faça cursos de aperfeiçoamento não apenas ligadas às atividades técnico-operacionais, como também melhore a sua qualificação acadêmica com os cursos de estado-maior e os mestrados oferecidos prela ESGN. Os cursos devem ser feitos, caso seja possível, dentro das prioridades institucionais e das perspectivas de seus membros sobre a própria carreira de chefes navais. Disto resulta que existem distintos objetivos na formação militar-naval: ao mesmo tempo em que o oficial é qualificado nas atividades corporativas pode se preparar para exercer funções na vida civil, quando saem da corporação antes ou depois de se tornarem oficiais-generais. Neste caso, as suas oportunidades e chances são aumentadas caso queira seguir trabalhando depois a reforma. A solução para esta demanda na ARA é interna, ao passo que na MB, conta com a participação de instituições externas de cunho civil. Mas, ambas têm seus interesses corporativos mantidos. Certamente que em ambos os casos, há a criação de uma nova geração de militares, com qualificação distinta das gerações anteriores, vai se criando, soldados-intelectuais e soldados-gerentes na MB e na ARA, como dissemos acerca da profissionalização da carreira militar e a sua modernização no contexto atual.

No caso da MB isto resultará que, futuramente tenha oficiais mais qualificados para cursarem o C-PEM. Entretanto, a MB mantém um curso como este que, dentro da lógica da corporação (e das outras FFAA) é considerado como um “ doutorado” sem validade no mundo acadêmico nacional. Isto não invalida que a MB o preserve para fins de legitimação de sua qualificação institucional e venha reivindicar no presente e no futuro o seu reconhecimento como tal pelas autoridades competentes. E, ainda, que a corporação possa fazer convênios com as instituições civis para a realização de cursos de doutorado no interior da EGN, como o faz em relação aos cursos de MBA, sem que o MD tenha ingerência direta na decisão, posto que a mesma é da alçada do EMA. Apesar da solução corporativista distinta, esta também é uma possibilidade para a ARA, elevando a capacidade institucional do INUN, à medida que seus membros militares e civis, com o

nível de mestrado oferecido por ela ou por outras instituições, possam se tornar docentes e pesquisadores no nível de doutor e comporem o quadro de pessoal dentro da ESGN. Contudo, como já enfatizamos, isto pode ser efetivado, desde que haja interesse do MINDEF e a autorização da CONEAU.

Segundo a realidade atual, as duas possibilidades constituem-se em função da autonomia institucional que gozam as FFAA no Brasil e na Argentina, ainda que saibamos, do menor alcance estabelecido para a ARA do que o estabelecido para a MB. É importante notar a diferença, pois um tem autonomia para organizar seus cursos militares dentro do estabelecidos pelo poder político, e um curso universitário de pós-graduação reconhecido pela legislação do país. A corporação naval brasileira possui uma autonomia maior para criar seus cursos militares, com a autorização do seu Comando e possui um curso de altos estudos, mas não possui a liberdade para criar um curso de mestrado ou de doutorado por si própria, pois não tem a vinculação exigida pela instância burocrática de controle do sistema de ensino nacional. No caso do C-PEM já defendemos que ele possa ser modificado / extinto dando lugar a um curso unificado de estado-maior comum às três FFAA para militares e civis, feito na ESG e / ou nas suas escolas de estado-maior, sob a orientação, planejamento e controle do MD, aos moldes do que é feito na Argentina com a EDENA, com a contribuição do meio acadêmico civil. De todo modo, os modelos adotados pela ARA e pela MB são considerados por nós como problemáticos, pois estão fora do “tipo ideal” admitido por nós, com a contribuição do argumento de García Carneiro, tal qual foi exposto no início deste trabalho. Neste modelo, toda a formação acadêmica dos militares no campo filosófico e científico poderia ser feita nas instituições universitárias civis, deixando as escolas militares com o ensino técnico-operacional propriamente militar. Mesmo assim, o credenciamento e a avaliação destes cursos militares, deveriam estar submetidos às condições gerais de organização dos demais cursos de nível superior do país, com a participação direta dos respectivos ministérios de defesa e de educação.

No Brasil atual, há uma discussão em curso, estabelecida pelo governo a respeito da chamada “reforma universitária”, que dispõe sobre a futura constituição geral do ensino superior brasileiro a se decidida pelo Congresso Nacional <sup>19</sup> Apesar de tratar de aspectos

---

<sup>19</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Anteprojeto da Lei de Educação Superior: exposição de motivos.** [www.mec.gov.br/reforma/arquivos/pdf/anteprojeto.pdf](http://www.mec.gov.br/reforma/arquivos/pdf/anteprojeto.pdf) ., Brasília, DF, Acesso em 01/06/2005.

sensíveis da vida acadêmica, ela deixa de fora a questão do ensino militar, por uma razão que não é muito bem explicado pelo atual ministro da pasta da educação. Na Argentina, desconhecemos quaisquer questionamentos acerca da modificação da situação vigente. Entendemos que ela é considerada uma organização razoavelmente satisfatória para a realidade de um país que alcançou avanços significativos no quadro político institucional, contudo, pode ainda sofrer alterações mais aprofundadas no plano educacional da formação de seus oficiais. Em segundo lugar, a educação militar-naval Argentina está planejada dentro de um todo complexo, organicamente relacionado para dentro e para fora da corporação. O INUN representa isto como uma instituição de ensino, em relação ao sistema educacional do país. Embora haja um conjunto com unidades escolares de níveis e atribuições próprias, existe um só corpo administrativo e um só estatuto que pode delinear o fio condutor a ser aplicado na generalidade e nas particularidades da estrutura. No caso brasileiro, isso não acontece. O caso mais parecido é a Universidade da Força Aérea (UniFA) mas, esta é uma instalação voltada unicamente para a FAB, a fim de ministrar conhecimentos específicos para o seu pessoal desempenhar as atividades técnico-operacionais. A forma de organização da escola argentina representa uma modalidade de modernização institucional por causa de um controle civil mais efetivo através das instâncias do MCE e da CONEAU reduzindo os espaços autônomos incompatíveis com o ordenamento político-institucional e contribuindo para uma melhor racionalização da educação. Em terceiro lugar, a ESGN não é apenas uma escola de formação dos chefes navais no nível intermediário e superior de administração corporativa, tal qual é o caso da nossa EGN. Como parte do INUN, a escola da Argentina oferece cursos para militares da ARA e outras FFAA, assim como para todos os civis com nível superior. Por isso não é necessário que seja alguém vinculado aa vida militar, naval ou marítima. As próprias áreas de estudo e linhas de qualificação e pesquisa são de quaisquer temas de relevância acadêmica. Não é o EMC, tampouco a ARA que estabelecem os temas e problemas a serem desenvolvidos como dissertação acadêmica. Nem mesmo estes trabalhos são elaborados no intuito de qualquer aplicação específica no seio da instituição. Eles são vistos como importantes em si mesmos para as áreas do serviço público, iniciativa privada e o terceiro setor, que representam o universo de atuação profissional de seus estudantes. Este é um aspecto por nos considerados como de bastante relevância para demonstrar as

possibilidades de alcance da qualificação dos cursos nos estabelecimentos militares, dentro dos ditames estabelecidos pela situação social da nação argentina. A nosso ver isso significa um tipo de atuação corporativa que não está preconizado apenas para a adaptar-se à realidade intramuros, mas à complexidade e dinâmica da realidade social. Vemos que a ARA pretende influenciar e oferecer condições para que um segmento da elite cultural da sociedade argentina possa ser instruída na preparação de quadros para atuar em vários segmentos da vida nacional. Contudo, ela também visa ser influenciada, estando permanentemente aberta aos influxos e demandas do mundo exterior, do mesmo modo que pretende se inserir e participar na formulação de questões de *expertise* acadêmica, desde que isso não contrarie a sua missão constitucional. Em quarto lugar, a modernização implica numa postura acadêmica que se pretende atualizada com as novas metodologias educacionais consagradas atualmente. Vale ressaltar a preocupação com o uso de metodologias não-diretivas, com base na interação entre o educador e o educando. Ao mesmo tempo, adotar o questionamento, a crítica e o debate como referência para pensar e transformar a realidade, conforme se espera de um ensino de cunho progressista. Este tipo de postura teórica, historicamente vinculado às teorias críticas de influência direta ou indireta do iluminismo e do marxismo, foi se adaptando a um quadro social atual para dar sentido a toda educação com intuito reformista, no mundo ocidental e no Terceiro Mundo. Isto se deu a fim de valorizar aspectos da ordem democrática. Este raciocínio tem se tornado comum nos discursos sobre a problemática das mudanças do contexto atual globalizado, através das novas tecnologias da comunicação e do olhar sobre a construção do conhecimento de maneira multi/transdisciplinar, chamados por alguns de “epistemologia da complexidade” e de “construtivismo” virtual que visam o aperfeiçoamento das condições do exercício da cidadania e maior equidade social.<sup>20</sup> No âmbito especificamente escolar essa nomenclatura atende a requisitos da “educação permanente” adotados atualmente por empresas e corporações que se vêem com algum tipo de responsabilidade social, a ser efetivada na sua missão dentro da vida societária, conhecida genericamente como “educação cidadã”. Seria interessante a partir daí, avaliar em que medida isso pode ser elaborado e posto em prática através de projetos de intervenção social na realidade uma

---

<sup>20</sup> SILVA, M. “in” GONÇALVES, M. A . (org) **Educação e Cultura: pensando em cidadania**, Rio de Janeiro, Quartet, 1999. p.135-167.

instituição responsável pela defesa nacional como a ARA. Em quinto lugar na relação com as demais instituições de ensino do mundo civil, nota-se que a montagem do arcabouço institucional e a sua materialização da vida acadêmica nos planos, cursos e currículos, existe a busca por um intercâmbio permanente com as universidades, ainda que possa existir ainda, da parte de alguns, algumas reservas quanto a essa aproximação com os militares e vive-versa. Há um contingente bastante razoável de civis que fazem os cursos da ESGN e outros tantos que fazem parte do seu corpo docente. Mesmo na formação básica de oficial da ARA ocorre algum intercâmbio com o mundo acadêmico. Isso está demonstrado nos créditos que os cadetes fazem nas disciplinas humanísticas oferecidas pelos cursos de Ciências Sociais da UBA, o que não ocorre da mesma forma no Brasil.

Por fim, entendemos ainda que há pertinência no questionamento de que porque a ARA precisa ter uma instituição universitária para formar seus membros ou as demais pessoas interessadas, no nível de pós-graduação. Este aspecto é significativo para discutir o grau de autonomia que as instituições militares argentinas possuem frente ao mundo civil, apesar dos seus mecanismos de controle. Retomamos aqui o posicionamento considera a adoção de um só modelo para qualificar profissionalmente os militares, que deve ser planejada e efetivado pelas universidades civis <sup>21</sup> Neste sentido, tanto o Brasil quanto a Argentina parecem estar na mesma situação, pois adotam semelhantes significados, linguagem e procedimentos burocrático-administrativos fundamentados na estrutura das grandes corporações da economia capitalista atual, em sua versão globalizante. Isto possui a finalidade de aperfeiçoamento da máquina militar, nos moldes da modernização organizacional, já descrita outrora como parte do processo de “civilização”<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> CARNEIRO, J. G. **La Enseñanza Militar de Formación: puede existir dos modelos?** Documento de Trabajo, 2003digit.

<sup>22</sup> JANOWITZ, M, **O Soldado Profissional**, Rio de Janeiro, GRD, 1967. Ver MOSKOS, C / HARRIES-JERKINS, G, *Las Fuerzas Armadas y la Sociedad Moderna* “in” BANÓN, R. / OLMEDA, J. A ., **La Institución Militar em El EstadoContemporáneo**, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

MOSKOS, C / WILLIAMS / J., SEGAL, D. **The Post Modern Military**, Oxford- New York, Oxford Press, 2000.Fizemos uma apresentação sintética da estrutura anterior dos cursos da EGN utilizando a percepção destes autores em: SILVEIRA, C. de C. Considerações sobre o Curso de Política e Estratégias Marítimas da Marinha do Brasil, **E-Journal**, Fall, 2004 CHDS/ NDU, p 202-225.

### ***2.3 A Formação Militar Naval e a Cooperação Regional***

Aqui retomamos nosso comentário sobre o discurso dos militares acerca da cooperação regional. Entendemos que o pensamento dos oficiais da ARA e da MB apresentados aqui demonstra que se deve ter atenção aos rumos sobre a consolidação do Mercosul e seu desenvolvimento como um mecanismo chave de aumento da cooperação entre os países, não somente no plano econômico, mas também no plano cultural e político. Parece-lhes que as dificuldades não se constituem motivo para retardador do incremento das vinculações em outros campos. Nota-se que a sua existência é posterior às medidas tomadas no campo político-militar entre o Brasil e a Argentina. Com a sua fundação, as possibilidades de entendimento tendem a crescer, haja vista o exemplo mantido no nível satisfatório, de entrosamento mantido nas últimas décadas, inclusive no campo militar-naval no patrulhamento do mar, no treinamento de recursos humanos e nas MCM tomadas para a manutenção do equilíbrio da ZPCAS. Contudo, pensamos que os esforços de maior intensidade na cooperação permanecem aí, não evoluindo para uma entidade coletiva de defesa regional. Há espaço para incrementar mais ações envolvidas das FFAA de Brasil e Argentina a partir do contexto de maior aproximação entre ambos iniciado no passado. Embora a NOI tenha trazido questionamentos sobre os fundamentos do Estado-nação e a existência das novas ameaças contribuam para aumentar o clima de preocupação e instabilidade, decerto, a inexistência de uma ameaça efetiva no campo da segurança internacional impede a realização de tal possibilidade. As novas ameaças e o atentado terrorista de 11 de setembro não sensibiliza os países da região a empreender este tipo de associação. Até porque isto também dependeria do posicionamento dos EUA. Este país já tem ingerências diretas e crescentes no subcontinente através da Colômbia. Tal fato causa alguma apreensão nos países do norte da América do Sul, notadamente da região amazônica e, isto, portanto não tem diretamente a participação da Argentina. A formação de uma entidade como uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), parece não ter sentido em função; a) das diferenças marcantes entre os países que a poderiam compor; b) da ausência de uma aliança estratégica inimiga que ameace o subcontinente; c) da presença hegemônica dos EUA, para quem não interessa uma entidade desse tipo no momento atual, pois para este país, já basta a existência de seu Comando Militar Sul, para garantir a segurança hemisférica.



Outro aspecto é que, como até então, as prioridades brasileiras, segundo a Política de Defesa Nacional (PDN), estavam na Amazônia, parecia não fazer tanto sentido que se desenvolvesse uma entidade de defesa com a Argentina. Em outras áreas de projeção do poder nacional como no Atlântico Sul o equilíbrio tem sido bem maior e não merece atualmente o qualificativo de zona de risco ou de incertezas. Por esta razão, os projetos em andamento e os propostos para aumento da confiança e da cooperação parecem ser suficientes atualmente e num futuro próximo.

Do nosso ponto de vista, por mais que haja uma crescente interdependência entre o Brasil e a Argentina, tal fenômeno não evolui sequer para a configuração de uma doutrina que pautae a segurança e a cooperação regional, quanto mais o que venha a levar à integração. Percebemos que o significado dessa doutrina é diferenciado entre tais países. O Brasil fica a meio caminho de rever a sua PDN para contemplar algumas transformações recentes no cenário mundial e a sua declaração de intenções constitucionais sobre a integração regional. A Argentina é bem mais explícita nas suas intenções. A padronização de alguns procedimentos (legislação, administração de recursos materiais e humanos) para tal fim no campo da defesa já é visto no Brasil como algo suficiente. Isto ocorre tanto por causa da interpretação de que o país saia perdendo, por causa de alguns costumes e práticas historicamente arraigados ou por causa da desconfiança de que haja alguma ingerência dos EUA ainda que de maneira indireta, na configuração da estrutura de forças para os países da região. Pensamos que tal fato pode ser relacionado ainda às atividades de natureza especificamente voltadas para a formação profissional-militar no grau de autonomia desses países em relação aos EUA, no que diz respeito às doutrinas de preparo e emprego, quanto na autonomia institucional em relação ao Estado e à sociedade, na formatação do modelo de educação profissional que Brasil e Argentina possuem como menor ou maior vinculação ao sistema de ensino nacional. Neste caso seria válido discutir ainda até que ponto as FFAA estariam preparadas para empreender efetivamente tarefas voltadas para a defesa regional, quando elas apresentam deficiências relacionadas à defesa nacional. Isto por é importante avaliar até que ponto isso não poderia representar muito mais um somatório de problemas do que uma composição satisfatória para as necessidades da comunidade de países da região. Por isso entendemos que as próprias experiências de maior intercâmbio profissional entre a MB e a ARA são importantes para estabelecer continuamente um diálogo que vise o

aproveitamento mútuo de potencialidades e capacidades a fim de compatibilizar procedimentos nos quais, na hipótese de uma experiência futura, haja mais do que a fraternidade atual, familiaridade sobre o conjunto de questões e ações que envolvam o preparo e o emprego militar, onde a modelagem de um determinado tipo de formação educacional pode dar uma singular e efetiva contribuição.

### **Considerações Finais**

Verificamos que quanto ao perfil do modelo de educação militar-naval, a ARA tem as suas organizações educacionais plenamente vinculadas ao sistema de ensino nacional argentino, o que resulta em pouca autonomia corporativa para ditar os fundamentos, objetivos e o planejamento acadêmico do seu tipo de ensino. De fato, eles estão subordinados aos condicionantes do poder político, representado pelo MINDEF e pelo MCE, embora a corporação mantenha uma instituição própria, como o INUN. Dentre outras escolas, esta instituição abriga a ESGN para formar os seus próprios quadros no serviço militar-naval, contribuindo para a qualificação de seus membros e os profissionais de origem civil. Por isso, constatamos a existência de um certo grau de autonomia corporativa e de tentativa de manter alguma influência na sociedade argentina, ao estabelecer a capacitação da liderança para militares e civis no cenário nacional, seja para as atividades propriamente de características militares, seja para a participação dos destinos do país.

No caso da MB, o seu sistema de ensino está, em boa parte, desvinculado da estrutura de ensino brasileira, sobretudo na qualificação dos oficiais-marinheiros nos níveis de especialização e de estado-maior. A corporação tem autonomia formal e política para decidir sobre grande parte da qualificação de seu pessoal a partir das suas escolas e centros de instrução responsáveis pela habilitação na carreira naval até o nível mais alto, a fim de formar seus futuros oficiais-generais na EGN. Aqui a MB buscou uma solução aparentemente mais aberta que a ARA, não possuindo uma universidade própria, mas, fazendo convênios com as instituições civis de ensino superior para a qualificação de seu pessoal no nível de pós-graduação. Entretanto, a corporação mantém, por exemplo, seus cursos de estado-maior sem a ingerência do MD e sem integração com as demais FFAA; tampouco seus cursos militares têm supervisão de outras instâncias, a não ser do próprio

EMA. Apesar de considerarmos a qualidade desses cursos, como é o caso do C-PEM, não vimos razão necessária e suficiente para que eles mantenham as características atuais.

A concepção de educação das escolas navais aqui apresentadas tem uma combinação de aspectos modernos e tradicionais em relação às teorias acadêmicas, às técnicas de ensino e ao conteúdo curricular considerados na vida universitária. Assim, notamos que nas duas Marinhas existe uma preocupação em acompanhar as evoluções técnico-administrativas e didáticas, advindas do processo de ensino-aprendizagem utilizado com o apoio das novas tecnologias comunicacionais. Outros objetivos da modernização estão nas concepções pedagógicas de uma metodologia voltada para a discussão, a crítica, o debate, a interação entre indivíduos e grupos de ensino e pesquisa, isto é, no abandono parcial de técnicas tradicionais e na valorização de práticas pedagógicas consideradas progressistas, por estarem centradas nos educando e na sua capacitação para construir o conhecimento de forma autônoma e questionadora. Porém, esta percepção modernizadora de educação está explicitamente vinculada às bases de uma educação corporativa, que se apropria de alguns conceitos liberais para fundamentar a justificativa de melhor inserção nas necessidades econômicas e administrativas geradas pelas corporações empresariais. Por esta razão assinalamos que, aquilo que é entendido como uma formação “crítica” é de alcance limitado, que é valorizada apenas como uma adaptação ao discurso empresarial, no contexto das mudanças do capitalismo global; portanto, desvinculada de uma herança filosófico-científica de inspiração humanista e origem iluminista, marxista etc, que alimentam boa parte da produção sobre a importância da educação na vida de sociedades que visam ser mais democráticas e menos injustas. Isto nos levou a insistir na necessidade da contribuição dos conhecimentos humanísticos na formação militar-naval, pois é importante ampliar o ensino de disciplinas que sejam responsáveis pela análise dos valores organizacionais das corporações e de seu ordenamento sócio-político e cultural das sociedades latino-americanas, como as duas enfatizadas nesta pesquisa. Isto não significa dizer simplesmente que tal área de conhecimento em si possa ser suficiente para tratar dos aspectos de cidadania, liderança, relações internacionais, defesa nacional e segurança regional na formação dos oficiais-marinheiros no contexto democrático. A questão está na ênfase teórico-metodológica que possa vir a ser adotada para cumprir tal propósito, pois, como sabemos, a filosofia e as ciências podem servir ao autoritarismo e à alienação, ao

invés da democracia e da consciência crítica. Em nome deste objetivo, pensamos ser válido o incremento do intercâmbio com as instituições de ensino civil, especialmente as universidades para a discussão acerca dos fundamentos da educação profissional-militar, tal qual enfocamos na carreira naval.

Entendemos ainda que, no sentido geral da modernização e reestruturação organizacional da formação militar a sociedade civil, os argentinos têm contribuído de modo mais extenso e abrangente que os brasileiros, nos seus respectivos países. Até mesmo alguns dos influxos de algumas influências modernizadoras estabelecidas por meio da dinâmica social são mais bem representados na ARA do que na MB, como é o exemplo da admissão de mulheres para serem formadas oficiais de combate, com poucas restrições operacionais impostas a elas no serviço naval argentino. Na MB elas são ainda consideradas como praças e oficiais de apoio ao combate, mesmo que seu serviço seja avaliado como de imensa contribuição para a corporação naval.

Para este e os diversos aspectos da formação militar-naval, verificamos que há necessidade de maior debate político (governamental e societário) sobre os temas de defesa e da especificidade da educação militar-naval. Nisso consideramos que tem havido alguns progressos nesta área, notadamente maiores na Argentina do que no Brasil. Naquele país, o controle civil tem sido mais eficaz que em nosso país, apesar das suas dificuldades, por haver mais vontade política do poder legítimo. O Executivo e o Legislativo são mais atuantes na Argentina, assim como há mais perícia civil para tratar dos assuntos de defesa no âmbito da sociedade, seja na realização de seminários e debates, seja no maior envolvimento das universidades e das ONGs na reflexão sobre a educação militar e na educação para a defesa.

Por fim, neste trabalho constatamos a importância de se valorizar o tema da cooperação no desenvolvimento da relação binacional braso-argentina. No plano militar naval, ressalta-se a cooperação técnico-operacional nas áreas de manutenção e reparo naval, de treinamento e adestramento do pessoal e da qualificação dos oficiais-marinheiros no nível de estado-maior. Isto tem sido avaliado genericamente como um grande passo pelos militares e políticos dos países envolvidos. Tal fato é relevante na formulação do pensamento político-estratégico militar-naval, para dar a cada país maior conhecimento da estrutura de forças e da missão constitucional de seu vizinho, permitindo que as atribuições no campo da defesa

sejam mais equilibradas e ajudem a promover a paz entre eles, o que, não só pode representar a melhoria nas relações diplomáticas, mas também nas relações militares.

Os exercícios conjuntos feitos entre a ARA e a MB têm sido de resultado profícuo para as possibilidades de aprofundamento, mas, não significam que seus países tenham que rumar para uma integração entre as Forças navais. Quando admitimos tal variável de ação, há uma descrença / rejeição da mesma entre os militares-navais, porque, a seu ver, cada país mantém, e tende a manter, as suas peculiaridades, as quais podem ser comprometidas com a idéia de integração, pois, esta pode significar padronização doutrinária e técnico-operacional. Tal mentalidade é um fator importante para considerarmos a hipótese da construção de uma entidade regional de defesa. Sobre isto, verificamos que os argentinos são um pouco mais explícitos na vontade da criação de uma doutrina de segurança cooperativa e da possibilidade de uma entidade de defesa regional. Para este assunto, pretendemos deixar claro que nossa perspectiva se insere no grupo dos que pensam ser vital não apenas o sucesso do Mercosul, como também dos esforços da criação de uma comunidade sul-americana de nações. Isto envolve diretamente a capacidade de maior negociação com os EUA na busca pela autonomia dos países da região em traçar seus próprios caminhos, considerando a contexto geral diverso existente na da realidade dos Estados americanos.

De todo modo, alguma harmonização de fatores, como o intercâmbio educacional entre as nossas duas Marinhas é uma modalidade de atitude que pode caminhar na discussão sobre as propostas que venham a se incluir nesta problemática. Conforme procuramos demonstrar nesta pesquisa, o diálogo entre Brasil e Argentina na formação militar-naval é um tema a ser considerado, pois a educação poderá ajudar na construção de maior entendimento para que nossos países possam continuar buscando a paz. Assim, poderemos seguir navegando pelas rotas mais reconhecidamente seguros e investigar os cursos nos quais onde ainda não estivemos antes.